

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|---------------------------------|-------|-----------|
| VALOR E ESTADO: Notas sobre o processo de emancipação humana em Marx. | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Paulo Henrique Furtado de Araujo | Universidade Federal Fluminense | UFF | Professor |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>O artigo trata da mudança que a constituição da teoria do valor trabalho provoca na reflexão teórica de Marx a respeito da categoria Estado e do processo de emancipação humana. Parte de textos anteriores à constituição dessa teoria, com destaque para <i>A Ideologia Alemã</i>, passa pelos textos constituidores dela: <i>Grundrisse</i> e <i>O Capital</i>, lendo-os com o suporte da contribuição teórica de Postone. Finda com os textos <i>A Guerra Civil na França</i>, <i>Crítica ao Programa de Gotha</i> e os esboços de carta que Marx escreve para Vera Zaslitch em 1881.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| Marx, Teoria do Valor Trabalho, Estado | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>The article deals with the changes that the constitution of the labor theory of value causes the theoretical reflection of Marx about the state and the category of human emancipation process. Part of previous texts establishment of such theory, particularly <i>The German Ideology</i>, passes by texts which compose it: <i>Grundrisse</i> and <i>Capital</i>, reading them with the support of the theoretical contribution of Postone. Ends with the texts <i>The Civil War in France</i>, <i>Critique of the Gotha Program</i> and letter sketches that Marx writes for Vera Zaslitch in 1881.</p> | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| Marx, Theory of Labor Value, State, | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| 3. Poder, Estado e luta de classes. | | | |

VALOR E ESTADO: Notas sobre o processo de emancipação humana em Marx.

Paulo Henrique Furtado de Araujo¹

1. Introdução

A compreensão de Marx do seu objeto de estudo – o mundo dos homens – se modifica, naturalmente, com as modificações ocorridas na forma de sua interpelação desse objeto. Contudo, acreditamos ser possível identificar uma continuidade na apreensão da questão principal tratada pelo autor: a emancipação humana. Desde o momento em que Marx estabelece um estatuto ontológico para o seu proceder – e esse momento-ruptura pode ser identificado já em “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” – a questão da emancipação humana se apresenta como decisiva. E ela permanece central por toda sua reflexão intelectual até os seus últimos escritos. Associada a ela, enquanto um impedimento para sua realização, há a percepção do indivíduo alienado da sua essência humana. Nos primeiros escritos após a instauração de sua ontologia materialista, a crítica tem por foco a alienação política e religiosa. Mas já nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx inicia seus estudos sobre economia política e a alienação passa a ter nas formas de produção e reprodução da vida material seu cerne determinativo e explicativo. Parece razoável sinalizar esse material como portador de uma crítica ontológica filosófica e econômica, ainda que a econômica apenas surja aí em seus primeiros traços.

Se em “A Sagrada Família” identificamos o desdobramento da crítica ontológica filosófica, em “A Ideologia Alemã” temos mais uma vez essa crítica e junto a ela um desenvolvimento da crítica ontológica econômica e essa, por sua vez, irá ser uma permanente em textos como “A Miséria da Filosofia”, “Grundrisse” e em “O Capital”. A constituição e o refinamento de sua crítica da economia política permitirão a Marx a elaboração de sua teoria do valor trabalho e a compreensão de que a forma específica de dominação na sociedade capitalista é dada pela forma particular de sociabilidade engendrada pelo capital e por sua lógica. Uma sociabilidade na qual os homens se relacionam indiretamente enquanto produtores de mercadorias. De tal maneira que o produto de sua práxis humana vital, portador de sua essência exteriorizada, domina a vida do produtor ao ter por imperativo a sua

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

reprodutibilidade em escala ampliada e de maneira ilimitada e sem constrangimento efetivo possível. Com essa compreensão, é possível perceber que a forma como Marx tratava as categorias política, propriedade privada e estado moderno, sofre uma importante modificação.

Os “Grundrisse” surgem como um marco decisivo nessa trajetória. Pois ai se apresenta, pela primeira vez, a compreensão de que capital não é coisa material, concreta, mas uma relação social específica. Sem esquecer que o exposto nesse momento ainda é um resultado incerto, provisório e contraditório, sobre as categorias e suas determinações. Ou ainda, que estamos diante de um pensamento em processo de autoconstrução.

De modo que será em “O Capital” que a crítica da economia política se põe em sua plenitude. De toda maneira, cabe sinalizar o que de fato se modifica no tratamento das categorias política e Estado. Desde “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” até o “Manifesto Comunista” – passando pelos “Manuscritos de 1844”, “Sobre a Questão Judaica”, “Miséria da Filosofia”, “Ideologia Alemã”, etc. – percebe-se que o centro da crítica de Marx tem por referência as formas específicas da propriedade, em particular há um combate à propriedade privada, sendo que a política e o Estado moderno são pensados a partir desse enquadramento. Ou ainda, Marx reconhece, desde seus primeiros escritos marxianos, marcados por sua inflexão ontológica materialista, que a política é uma forma de dominação específica das sociedades divididas em classes sociais. Sendo o Estado moderno uma construção social adequada às exigências impostas pela separação dos homens em cidadão (com igualdade formal) e homem egoísta, burguês (com desigualdade real). Marx assinala que a revolução política, que leva à mudança da classe dominante politicamente, é condição necessária mas não suficiente para a verdadeira emancipação humana. Essa só pode ser obtida através da revolução social ou radical. Uma revolução que ao ir à raiz do homem modifica a sociabilidade indireta que tem na produção da mercadoria e do capital o cerne das relações humanas. Se nos primeiros momentos dessa reflexão, o proletariado surge como a classe que ao se libertar politicamente pode libertar toda a humanidade da dominação de classe social, devido às características próprias que a classe proletária assume no processo de produção da vida material, não há clareza quanto à necessária modificação das formas de produção da vida material. A crítica inicial se limita à propriedade privada do capital que é entendido como coisa concreta: máquinas, equipamentos, fábricas, terras, dinheiro, etc. De tal maneira que uma leitura apressada poderia concluir que a mera mudança jurídica seria suficiente para garantir a emancipação humana.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx (e Engels) assentam, definitivamente, a prioridade ontológica do econômico em relação às formas jurídicas e políticas, notadamente ao Estado

(2007, p.86-87 e 317-318). No entanto, o tratamento dado à essa prioridade ontológica é carente de uma teoria do valor acabada. Motivo pelo qual há um acento dramático nas formas de propriedade e na divisão do trabalho e na contradição entre forças produtivas e relações de intercâmbio (relações de produção), com a identificação da propriedade privada enquanto o inimigo a ser derrotado e a divisão do trabalho enquanto fundamento do aumento das forças produtivas, sendo realimentada por esse aumento e causa explicativa das diferentes formas de propriedade e da impossibilidade da coincidência entre o trabalho e a auto-atividade humana constituidora do indivíduo em sua plena potencialidade humana (2007, p. 61 e ss., e 89 e ss.).

Marx (e Engels) claramente identificam nesse texto a questão chave na formação social capitalista: as relações pessoais (sociais) de produção se põem como forças reificadas em relação aos seres humanos (2007, p. 64, 72 e ss). Ou ainda, as forças produtivas se põem como formas objetivas e surgem para os indivíduos não mais como a manifestação de sua própria força. Mas a manifestação de uma força engendrada pela propriedade privada. De tal modo que são forças dos indivíduos apenas na medida em que esses indivíduos sejam proprietários privados. E por serem “privados de todo conteúdo real da vida, esses indivíduos se tornam indivíduos abstratos” (2007, p. 72). E assim se estabelecem as novas condições para a sociabilidade capitalista: relações dos homens entre si como indivíduos. Sendo o trabalho o único vínculo dos indivíduos com as forças produtivas e com sua própria existência, ele já não é auto-atividade humana produtora de homens, mas forma de conservar a vida do homem definindo-o enquanto humano. O trabalho, de auto-atividade humana, de fim em si, transforma-se em meio para a produção da vida material, para a produção de coisas (mercadorias) e a produção da vida material transforma-se em finalidade (2007, p. 73).

Antes de expor a solução, adiantada por nossos autores, para que os indivíduos se apropriem da totalidade existente das forças produtivas e desfaçam a vida social reificada sob o capitalismo, é necessário assinalar o motivo pelo qual eles enfatizam a contradição presente entre forças produtivas e relações de intercâmbio (relações de produção): Na polêmica com os ideólogos alemães e com Feuerbach em particular, há o reconhecimento de que o homem é um ser carente portador de atividade sensível. Sendo o mundo dos homens o resultado da atividade viva, conjunta e sensível dos indivíduos que constituem esse mundo (2007, p. 32-34), há a constatação ontológica de que o homem é um ser social que possui uma ineliminável constituição biológica, de tal forma que o primeiro pressuposto de toda existência humana é a criação e reprodução dos meios materiais necessários para a produção da vida material. Nossos autores identificam esse como o primeiro ato verdadeiramente histórico, e acrescentam que a ação (e o instrumento) para satisfazer as necessidades humanas cria, por si

mesma, novas necessidades. Naturalmente a dinâmica social que propicia a criação das condições para a constante reprodução da vida material humana, permite que os produtores criem outros humanos ao procriarem. Constituindo-se famílias, clãs, etc. Nossos autores ressaltam que esses três momentos coexistem desde os primeiros humanos até o momento presente. No entanto, é preciso ter claro que os dois aspectos constitutivos da produção da vida (o trabalho e a procriação) são, ao mesmo tempo relação natural e relação social². Nesse desvelamento da gênese do ser social, chegam à constatação de que um modo de produção está sempre associado a uma determinada fase social ou a um determinado modo de cooperação que, por sua vez, é uma força produtiva³. Demonstram (2007, p. 34), assim, uma conexão materialista entre os homens, conexão que se estrutura de acordo com as necessidades humanas e do modo de produção em questão. Como essa conexão apresenta mudanças e novas formas de ser, estamos diante de uma história dos homens.

A compreensão dessas relações históricas, nos leva ao fato de que, segundo nossos autores (2007, p. 35), a consciência dos homens é um produto social e toma o lugar do puro instinto presente nos animais. O desenvolvimento e aperfeiçoamento da consciência humana ocorre pelo aumento da produtividade do trabalho humano, das necessidades e do aumento da população (sendo essa a base dos dois outros). Nesse quadro se desenvolve a divisão do trabalho que em seu princípio está associada às diferenças físicas e biológicas entre os indivíduos, à casualidades, etc., e o estabelecimento da divisão do trabalho em sua plenitude que ocorre ao surgir a divisão entre trabalho manual e intelectual. A divisão do trabalho também traz consigo a distribuição desigual do trabalho e dos produtos do trabalho, ou seja, ela põe a propriedade privada⁴. Sem esquecer que com ela ocorre a contradição entre os interesses dos indivíduos ou das unidades familiares e o interesse da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si (interesse coletivo)⁵.

Na sequência do tratamento da categoria divisão do trabalho (2007, p. 37-38), nossos autores expõe a questão da alienação (*Entfremdung*). Para eles tal categoria oferece o primeiro exemplo no qual “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é

² “(...) social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as suas condições, o modo e a finalidade” (2007, p. 34)

³ “(...) a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história humana’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão direta com a história da indústria e das trocas” (2007, p. 34).

⁴ “(...) divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (2007, p. 37).

⁵ “(...) e sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como ‘interesse geral’, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido” (2007, p. 37).

contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (2007, p. 37). Isso se deve à separação entre os interesses particulares e os coletivos o que ocasiona um tipo de práxis humana, o trabalho, que é dividida de forma não voluntária entre os produtores, e esse fato é o que produz a alienação. A divisão do trabalho determina, impõe, um tipo de atividade exclusivo e específico ao produtor, do qual ele dificilmente pode escapar pois a submissão a esse imperativo é o que viabiliza seu acesso aos produtos materiais necessários para a sua sobrevivência. A conclusão do argumento dos nossos autores é pela identificação de uma possível superação dialética dessa sociabilidade específica através da regulação comunista da produção. O que exigiria a superação da propriedade privada e da divisão do trabalho, identificadas como a base da relação alienada dos homens com os produtos do seu trabalho. O processo dessa superação só poderia ser uma revolução que modificasse radicalmente a sociabilidade fundada na involuntária divisão do trabalho e na propriedade privada. O sujeito dessa revolução seria a massa da humanidade sem propriedade (o proletariado) que se encontra em contradição direta com um mundo de riqueza e cultura e que fora levada a essa situação pelo desenvolvimento universal das forças produtivas. É o desenvolvimento universal das forças produtivas que ocasiona uma troca universal e produz em todos os quadrantes do planeta massas de homens sem propriedade. O que engendra indivíduos empiricamente universais, *histórico-mundiais*” (2007, p. 38, nota b), e estes assumem o lugar antes ocupado pelos indivíduos locais. Ou seja, cada povo agora é dependente das revoluções dos outros. O comunismo sem um grande aumento das forças produtivas em escala universal é uma impossibilidade, assim como uma regulação comunista em escala local, que ocorra tendo por base um desenvolvimento limitado das forças produtivas, acabará sendo superada pela ampliação do intercâmbio. Em suma:

O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação ‘repentina’ e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento (ibid.).

Na nossa exposição sintética, até aqui realizada, uma categoria chave, que ainda não foi tratada diretamente, precisa ser abordada: o Estado. O Estado é compreendido aqui, por nossos autores, como a forma autônoma que o interesse coletivo assume em relação aos interesses individuais e gerais. Ou seja, é a forma que assume o interesse coletivo a partir de sua contradição com o interesse individual, se constituindo, ao mesmo tempo, como uma

comunidade ilusória, que, necessariamente, possui uma base real nas ligações sanguíneas, da linguagem, da divisão do trabalho em escala ampliada e nas classes sociais (que surgem em todas as formações humanas nas quais a divisão do trabalho se aprofunda e que garante um aumento substancial da produtividade do trabalho) que possuem uma dinâmica que leva à dominação de uma classe sobre as demais. O Estado moderno corresponde a forma pura da propriedade privada, aquela forma que se libertou de toda aparência de comunidade (como a que possui a propriedade tribal em suas diversas fases de desenvolvimento, no caso dos povos originados da Idade Média da Europa Ocidental: propriedade feudal da terra, propriedade corporativa, propriedade manufatureira) e que tem por fundamento o “capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal” (2007, p. 75). A emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, faz com que o Estado moderno tenha

uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seu interesse (ibid.).

Destacamos que é nesse material que pela primeira vez Marx irá explicitar seu entendimento da categoria sociedade civil (2007, p. 74). E o faz ressaltando que a sociedade civil só se desenvolve propriamente com a burguesia, ainda que o termo tenha sido, até então, usado para designar a organização social que é a base do Estado e da superestrutura social restante, e que seu desenvolvimento é condicionado pela produção e pela troca que os homens constituem em sua vida material. Em outras palavras, a sociedade civil envolve o conjunto das relações materiais de produção e troca da vida dos homens, sendo este determinado pelo nível alcançado pelas forças produtivas. Assim, a sociedade civil ultrapassa o Estado moderno ainda que frente a nações estrangeiras tenha que se afirmar “como nacionalidade e se articular no interior como Estado” (ibid.).

Lembrando que a questão posta para Marx desde o início de sua reflexão marxiana, e por consequência também nesse texto, é a da emancipação do homem, faz-se necessário sinalizar as articulações que ele (e Engels) realizam aqui entre essa tarefa histórica da humanidade no seu processo de humanização e as categorias divisão do trabalho, propriedade privada e Estado. Acima já reportamos que para a conquista da emancipação é necessário uma revolução radical, comunista (2007, p. 41) que tenha no proletariado o sujeito histórico. Em

termos muito gerais nossos autores apontam que a luta revolucionária deve se dirigir contra a classe dominante na sociedade capitalista e como o poder social dessa classe, “derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente” (2007, p. 42), a exigência é a destruição do Estado moderno e a constituição da comunidade (*Gemeinwesen*). Somente na comunidade é que cada indivíduo em associação com outros indivíduos terá os meios necessários para o pleno desenvolvimento de suas faculdades e potencialidades humanas que lhes são inatas, somente na comunidade a liberdade pessoal se torna possível. Pois é a liberdade de sua auto realização humana. “Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação” (2007, p. 64)⁶ Logicamente, isso pressupõe a superação das forças e relações pessoais alienadas, reificadas. Ou melhor, exige que essas forças sejam subsumidas pelos indivíduos, reapropriadas por eles enquanto relações sociais conscientemente operadas.

A reapropriação em questão exige que a revolução radical não proceda como todas as revoluções que a antecederam. Pois todas essas deixaram intocadas as formas da atividade produtiva e se limitaram a instaurar uma nova forma de distribuição dessa atividade, “uma nova forma de distribuição do trabalho entre as pessoas” (2007, p. 42). Por conseguinte, uma outra forma de distribuição dos produtos desse trabalho. A tarefa da revolução radical é modificar a própria forma de produção e suprimir o próprio trabalho proletário. Nesse sentido é uma revolução contra o trabalho (proletário). A revolução radical realizada pelo proletariado leva ao próprio desaparecimento das classes sociais, pois faz desaparecer a sua base lógica: a propriedade privada e a divisão do trabalho e junto com eles leva ao desaparecimento do Estado moderno, assumindo, em seu lugar, a forma político-organizativa da comunidade. Será nesse arranjo que as condições da emancipação humana, da obtenção da liberdade individual, surgirão. Nele será possível a transformação do trabalho em auto-atividade humana, a práxis humana vital (o trabalho) será produtora de homens e não de coisas. Pois para nossos autores, na sociedade capitalista a vida material aparece como finalidade e a produção dessa vida material, o trabalho, aparece como meio. Mas é um trabalho que não efetiva o que há de humano no homem, uma forma negativa de auto-atividade. Portanto, os indivíduos, nas sociedades em que domina a burguesia, não são livres de fato, apenas de direito. Pois são permanentemente submetidos ao poder das coisas.

⁶ “Nos sucedâneos da comunidade existentes até aqui, no Estado etc., a liberdade pessoal existia apenas para os indivíduos desenvolvidos nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, em que se associaram até agora os indivíduos, sempre se autonomizou em relação a eles e, ao mesmo tempo, porque era uma associação de uma classe contra outra classe, era, para a classe dominada, não apenas uma comunidade totalmente ilusória, como também um novo entrave” (2007, p. 64).

Nesse momento se faz necessário um pequeno resumo crítico do que foi tratado acima, para que possamos prosseguir. Na ausência da sua teoria do valor plenamente constituída, Marx identifica as questões principais da sociabilidade capitalista. Contudo, a explicação dessas questões se prende à dinâmica entre as relações de produção e as forças produtivas, com desdobramentos para forma de propriedade e tendo por centralidade a luta de classes. Tal constructo, se tomado de forma isolada da evolução do pensamento do autor, pode levar um leitor apressado a acreditar que mudanças na forma de propriedade e modificações nas relações de intercâmbio e produção são suficientes para a constituição do processo de emancipação humana. Ainda que, conforme destacamos, no texto os autores ressaltem a necessidade da transformação radical da forma de produção e do fim do trabalho proletário, além de tratarem da comunidade como forma de organização social a ser assumida pela associação dos indivíduos livres, na ausência de uma teoria do valor trabalho a solução da emancipação somente pela via política parece dominar. A partir dos *Grundrisse* essas imputações perdem espaço e possibilidade. Pois aí, pela primeira vez, aparece a teoria do valor trabalho de Marx no seu processo de constituição.

2. Constituição da Teoria do Valor Trabalho⁷

Nos *Grundrisse*, Marx expõe a totalidade do funcionamento do modo de produção capitalista, ainda que com uma apresentação desordenada, não inteiramente desenvolvida e acabada. Apesar da evidente apreensão vacilante das categorias valor e valor de troca (2011b, p. 87, 90-94, 756, etc.), tomando-as em vários momentos como sinônimas⁸, ele tem clareza quanto a centralidade da mercadoria no processo de deciframento da lógica do capital (2011b, p. 67, 756-757). Partindo da mercadoria, constrói a gênese do dinheiro (2011b, p.90s.) enquanto desdobramento lógico do desenvolvimento das trocas das mercadorias devido ao desenvolvimento da própria produção de mercadorias. Na seção “O Processo de Produção do Capital”, que é a primeira do “Capítulo do Capital”, o autor expõe a transformação do dinheiro em capital e a peculiar relação social que necessariamente se estabelece aí entre o capitalista enquanto personificação do capital ou “capital existente para si” (2011b, p. 236) e o trabalhador enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho. E trata dessa relação tanto na esfera da troca quanto na da produção, realizando a diferenciação entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Na sequência trata da categoria mais-valor e das formas

⁷ Esse item constitui-se de uma releitura de dois outros artigos meus: Araujo, P.H.F, 2014 e 2011.

⁸ Em *O Capital*, Marx expõe de forma cristalina que o valor é o trabalho humano abstrato mensurado pelo tempo socialmente necessário gasto em média para produzir a mercadoria. E o valor de troca é a expressão do valor, a forma pela qual o valor se manifesta no ato da troca das mercadorias.

de extração (absoluta, relativa) e apresenta as necessárias articulações entre valor e preço, entre mais-valor e lucro. Ou melhor explicando: na Segunda Seção apresenta o processo de circulação do capital enquanto reprodução e acumulação de capital. Na Terceira Seção trata dos custos de produção, das categorias de juro, lucro e de sua tendência de longo prazo, etc. Ou seja, há uma exposição da totalidade do funcionamento do modo de produção capitalista, ainda que com uma apresentação desordenada, não inteiramente desenvolvida e acabada.

O ponto de maior relevo para o nosso trabalho é que Marx já no “Capítulo do Dinheiro” se dá conta que a forma específica de dominação nas sociedades em que domina o capital é a dominação abstrata do valor sobre os produtores (Postone, 2014, Duayer, 2011). Na sociabilidade engendrada pela lógica do capital há a transformação de todos os produtos, valores de uso, em valores de troca, e isso ocorre a partir da dissolução das relações históricas fixas de interdependência pessoal na produção que era a situação típica de todas as sociabilidades que antecedem àquela instaurada pelo capital, e coloca ao mesmo tempo, de forma inovadora, a radical “dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é [na nova sociabilidade] dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros” (2011b, p. 104). Um pouco mais a frente, nesse mesmo capítulo (2011b, p. 105), Marx argumenta que a conexão social específica da sociabilidade do capital, exige a “dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes”. E o valor de troca (valor) é a expressão dessa conexão social, de tal maneira que “somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêm uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca* [valor], ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro* (...). Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso”. Aqui se evidencia o esforço de Marx para diferenciar as formas de produção e reprodução da vida material e social dos indivíduos inseridos em formas de sociabilidade que antecederam aquela produzida pela lógica do capital, comparado com as formas específicas da lógica do capital. Nas primeiras, a reprodução é diretamente baseada na natureza, ou em outras palavras, as forças produtivas ainda não apresentaram um desenvolvimento suficiente para afastar as barreiras naturais e permitir um maior florescimento das formas puras de sociabilidade. Por isso, conclui Marx (2011b, p. 105) sobre o homem nessas formas de sociabilidade: “(...) sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de uma determinada forma do trabalho e do produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma”.

Já na sociabilidade específica do capital, Marx (2011b) argumenta que, vigora o estranhamento, a alienação e a reificação. Pois o caráter social da atividade produtiva, a forma social do produto e a forma pela qual o indivíduo produz mercadorias, surgem aos indivíduos como uma coisa estranha a eles e não como resultado de sua práxis vital e das interações recíprocas necessárias ao processo de produção. Surgem como subordinação dos homens “a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si” (2011b, p. 105). Numa sociabilidade fundada na produção de mercadorias em larga escala, as necessárias interações sociais de troca de atividades e produtos, que é condição de existência de cada indivíduo singular, aparece a eles como uma coisa estranha, autônoma e sem controle. De modo que “No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder (...) pessoal, em poder coisificado” (ibid.).

Marx (2011b, p. 106 e p. 388-423), na sequência da exposição defende que há um condicionamento recíproco entre a troca e a divisão do trabalho. De modo que nas formações sociais que precederam a produção capitalista (patriarcado, comunidade antiga, feudalismo, sistema de corporações), como a divisão do trabalho não se aprofundara quando comparada ao que ocorre com a sociedade do capital, o mercado não possui centralidade na vida social. A força da comunidade (através dos costumes, tradições, religião, etc.) é que faz a ligação direta entre os homens, e as práxis se relacionam ou se condicionam diretamente pela natureza do produto do trabalho. Pois o grau de domínio dos homens sobre a natureza, em tais formações sociais é limitado. Ou dizendo de outra forma, nas formações em que a sociabilidade é pouco desenvolvida, as relações de dependência entre os homens, que a princípio se formam de modo espontâneo e natural, propiciam um desenvolvimento da produtividade do trabalho ainda limitado e em pontos isolados (p. 106). Nas relações sociais fundadas na lógica do capital, ocorre pela primeira vez na história humana, a constituição de um “metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais”. E com ela um fantástico recuo das barreiras naturais, ou ainda, um maior domínio do homem sobre a natureza, um espetacular aumento da força produtiva do trabalho. Naturalmente, ao lado desse aspecto, digamos, positivo, há toda a miséria material e espiritual produzida por essa sociabilidade. O metabolismo social gerador da emancipação humana, que subordinará a força produtiva coletiva do trabalho ao poder da sociedade, dos produtores livremente associados, só pode vir a ser a partir das contradições intrínsecas à sociedade do capital e exigirá a extinção do domínio semi-material das mercadorias e do valor sobre os homens. E em conjunto, com todas as formas sociais necessárias para a continua expansão do

valor, dentre as quais destaco o Estado moderno, a política, a separação entre trabalho manual e intelectual. Em conclusão, a produção generalizada de mercadorias e o valor enquanto forma específica de riqueza, destroem as condições de existência das formas que precederam a produção capitalista e, por outro lado, criam as condições para o início do processo de humanização do próprio homem.

Assentada a centralidade da dominação abstrata instaurada pela lógica do capital, vamos indicar como, nos *Grundrisse*, Marx avança no desvelamento do domínio da coisa sobre o homem, como não poderia deixar de ser, no ato mesmo de produção. Ou da subsunção formal e real do homem à coisa que ele produz. Há várias referências ao longo do livro sobre essas questões, contudo, nos parece que há um trecho (2011b, p. 578-596) do Capítulo do Capital, com o subtítulo complementar “Capital Fixo e Desenvolvimento das Forças Produtivas da Sociedade” (que não é originalmente do autor), e que parece concentrar boa parte da argumentação. E de forma resumida, ele volta a isso noutra trecho do mesmo capítulo (p. 705-707) cujo subtítulo (também não de autoria de Marx) é “Estranhamento”.

Como já assinalamos mais acima, nos *Grundrisse*, Marx apresenta de forma plenamente desenvolvida o entendimento, ontológico, de que o que interessa ao capital é o valor e não o valor de uso, o valor é a forma específica da riqueza nessa lógica humano-societária. Contudo, mais do que o valor em si, o objetivo, o que o move é a própria expansão do valor. Como valor é trabalho abstrato, trabalho em geral, logicamente, a expansão do valor exige a expansão da produção desse trabalho abstrato. O que nos coloca a questão de que a produção do capital exige a produção do mais-valor. Na determinação da categoria de mais-valor, Marx diferencia o processo de trabalho do processo de valorização e evidencia que a produção do capital pressupõe e põe a produção do mais-valor, ou seja, a exploração do trabalhador assalariado. Todavia, aqui não se trata apenas de exploração da força de trabalho. O processo em si de produção de valor e mais-valor, o processo de trabalho organizado pela lógica do capital leva a depleção do indivíduo. Sua força vital, exteriorizada e objetificada na mercadoria, lhe é estranha e alienada. A maquinaria desenvolvida surge como resultado da aplicação do “cérebro social”, das habilidades, conhecimentos, da aplicação da ciência à produção. Além disso, a maquinaria é a forma mais adequada de capital fixo e o capital fixo, enquanto resultado do capital circulante na busca de extração de maior quantidade de mais-valor, é a forma mais adequada do capital de um modo geral, “na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo” (2011b, p. 582). Como ao capital interessa o valor, lhe é indiferente a forma determinada de valor de uso que assume ou de que se desfaz, logo

sob o “aspecto da relação do capital para o exterior, o capital circulante aparece como a forma adequada do capital diante do capital fixo” (idem).

O saber social posto na máquina surge ao trabalhador como algo estranho e externo a ele. As máquinas modernas, com seus valores de uso específicos, garantem a subsunção real do trabalho vivo ao trabalho morto, objetivado. De tal maneira que a forma especificamente capitalista de produção se constitui com a produção em massa de capital fixo, maquinaria moderna, e quanto maior essa produção mais desenvolvida se encontra a sociabilidade do capital. Por outro lado, a forma antitética do capital faz com que o capital tenha o tempo de trabalho como a forma de quantificação do valor, com o avanço das forças produtivas do trabalho, por ele mesmo posto e pressuposto, com o colocar-se sobre os próprios pés a sociabilidade do capital, ocorre que o trabalho imediato e sua quantidade deixam de ser

o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim pela sua própria dissolução como forma dominante da produção (2011b, p. 583).

De todo modo, cabe ressaltar que com o desenvolvimento da grande indústria a criação de riqueza efetiva (valor) “passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (2011b, p. 587). Por fim, cabe ressaltar que Marx não realiza uma crítica, digamos, romântica, ao sistema de máquinas que tipifica a grande indústria⁹, ao contrário ele entende que a subsunção real do trabalhador ao sistema de máquinas não é “a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria” (2011b, 583). Podemos aduzir que a produção por meio de máquinas deve ser a estrutura central do processo produtivo de uma sociedade emancipada, contudo, o trabalhador como sujeito supervisor da atividade das máquinas que as usa não para a produção de valor e, portanto, de mercadorias, mas para a produção de sua própria humanidade, para sua humanização.

Do exposto acima, podemos resumir em traços muito ligeiros que o avanço das trocas desestruturou as formas sociais que precederam à sociedade fundada na produção de mercadorias em larga escala. Essa, por sua vez, tem no valor sua forma de riqueza, e sendo o

⁹ Grande indústria entendida aqui como forma especificamente capitalista de produção e não um setor específico da atividade econômica. Repare que ao longo dos *Grundrisse*, Marx apresenta o processo de mecanização pelo qual a agricultura, enquanto setor específico da atividade econômica estava passando.

valor trabalho humano abstrato, quantificado pelo tempo de trabalho socialmente gasto em média na produção da mercadoria, se apresenta como formas de dominação semi-materiais sobre os indivíduos produtores das coisas. Para além disso, a expansão do valor exige a extração do mais-valor e, portanto, a exploração do trabalhador. O desenvolvimento das máquinas modernas leva às formas especificamente capitalista de produção, com subsunção real do trabalhador ao capital e a perda de importância da produção individual do valor de uso frente à potencialidade produtiva engendrada pela aplicação da ciência à produção e da articulação social da produção. O resultado é a possibilidade do aumento do tempo livre para a humanização do homem e a negação prática da lógica do capital, da efetivação dessa possibilidade. Em germe estão postas as condições para a emancipação humana.

Em *O Capital*, Marx desenvolverá os argumentos levantados nos *Grundrisse*. Tomando por referência a leitura destes textos proposta por Postone (2014), entendemos que as categorias básicas de Marx não são apenas a manifestação de uma forma específica de dominação, para além disso, expressam uma dinâmica própria ao modo de vida constitutivo da sociedade capitalista, caracterizada por formas de dominação abstratas. Desse maneira as categorias como trabalho e capital são a expressão e elementos constitutivos de uma dinâmica histórica específica socialmente construída. Instaurada no mundo dos homens tal dinâmica traz a possibilidade objetiva de sua superação e no mesmo movimento bloqueia a possibilidade de emancipação humana na entificação de uma sociabilidade pós-capitalista. A categoria valor é o fundamento desta dinâmica. O valor é a forma específica que a riqueza assume no capitalismo e, simultaneamente, uma forma de mediação social singular. Marx ao analisar a mercadoria no Capítulo 1 de *O Capital* demonstra o duplo caráter do trabalho sob a lógica do capital: trabalho concreto e abstrato. O trabalho concreto se apresenta em toda formação social humana e é a própria forma de intermediação entre o homem e a natureza. O trabalho é a substância do valor e ao mesmo tempo cumpre uma função única na sociedade do capital: a função exclusiva de mediação social que é uma forma abstrata de interdependência social. Portanto, o trabalho abstrato possui uma dimensão social específica que não é intrínseca à atividade do trabalho em si. Trabalho no capitalismo é uma atividade mediadora social historicamente determinada e que põe como objetivações suas a mercadoria e o capital enquanto produtos do trabalho concreto e formas de mediação social.

A teoria do valor-trabalho de Marx não é uma teoria do valor-trabalho da riqueza, nem tampouco uma teoria que tem por centro a explicação do funcionamento do mercado e da exploração do homem pelo homem (POSTONE, 2014, p. 174s.). Como o trabalho sempre foi a fonte social da riqueza em qualquer tempo e lugar, parece evidente, argumenta Postone

(*ibid.*), que Marx analisa o valor como forma historicamente específica da riqueza que, ao mesmo tempo, também é uma forma de mediação social. Por isso, Marx diferencia valor de riqueza material, sendo a riqueza material mensurada pela quantidade física de valores de uso produzidos e explicada por fatores associados ao trabalho concreto no processo de produção: conhecimento, organização social, condições sociais, etc. O valor constituído pelo trabalho gasto na produção, por sua vez, é mensurado pelo tempo despendido e se apresenta como a forma de riqueza dominante no capitalismo. Como capital é valor em expansão, valor que se valoriza, e valor é o trabalho humano abstrato que só pode ser quantificado pelo tempo gasto no próprio processo de trabalho, segue-se que a dominação posta pelo capital é do tempo sobre os homens, ainda que intermediada pelas coisas que os homens produzem. Em suma, o valor é uma forma automeciadora da riqueza, que põe e bloqueia a possibilidade histórica de sua própria superação por uma sociabilidade baseada na produção consciente de riqueza material. (POSTONE, 2014, p. 176-177)

Portanto, o que caracterizaria o capitalismo é a presença de um tipo de mediação social abstrata e historicamente específica que é posta pelo trabalho. Mediação esta constituída por determinadas formas de prática social que se tornam quase-independentes das pessoas envolvidas na entificação dessas práticas. A partir desse arcabouço, podemos dizer que estamos diante de uma forma historicamente nova de dominação social. Forma que não pode ser compreendida exclusivamente em termos de dominação de classe, pois é impessoal e tem imperativo e constrangimentos estruturais específicos. Ela não tem um *locus* determinado e parece não ser social, apesar de ser constituída por formas específicas de práticas sociais (POSTONE, 2014, p. 18s, p. 40s, p. 186s, p. 249s.).

O capitalismo possui uma dinâmica peculiar caracterizada por um aumento inexorável da produtividade do trabalho com conseqüente redução do valor por unidade de mercadoria. Tal tendência é orientada pela dimensão temporal do valor. A dominação das pessoas pelo tempo, como já observado, é a forma abstrata e historicamente específica de dominação social intrínseca às formas fundamentais de mediação social na sociedade capitalista. Tal dominação abstrata por sua vez, está associada a uma forma específica e abstrata de temporalidade – o tempo abstrato newtoniano (tempo lógico). Como valor e mais-valor são trabalho humano abstrato, portanto, indiferenciáveis entre si, a verificação da ampliação do valor, da produção de valor a mais, da valorização, só pode ser feita através da quantificação do tempo gasto no processo de trabalho produtor das mercadorias. Por esse motivo, a temporalidade abstrata encontra-se necessariamente associada à produção de valor e mais-valor, e, por conseguinte, ao aumento da força produtiva do trabalho e à extração de mais valor relativo como momento

decisivo para o processo de acumulação de capital. Todo esse movimento ocorre no interior dessa temporalidade abstrata. Formulando em outros termos, o valor que é mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (em média) para produzir a mercadoria é a própria expressão da transformação do tempo concreto em tempo abstrato no capitalismo. Esse valor se põe como uma norma temporal objetiva e impessoal que se auto-impõe aos seres humanos e que “se reconstitui continuamente ao longo da história. Os produtores não são só obrigados a produzir de acordo com uma norma temporal abstrata, mas devem fazê-lo de forma historicamente adequada: eles são obrigados a ‘se manterem atualizados’” (2014, p. 347). O valor, ou seja, o tempo de trabalho é a própria riqueza no capitalismo e o material do qual são feitas as relações sociais (POSTONE, 2014, p. 348). Trata-se de um metabolismo criado pelo trabalho dos seres humanos e que domina os produtores e os obriga a continuar trabalhando, garantido a manutenção dessa dominação.

Em Marx o desdobramento da lógica dialética do capital é uma expressão real das relações sociais alienadas, que, embora sejam constituídas pela prática, existem quase independentemente dela. Razão pela qual as relações sociais do capitalismo não podem ser captadas adequadamente pelas relações de classe. Essas relações sociais devem ser apreendidas como formas de mediação social que são expressas pelas categorias de mercadoria, valor e capital. Categorias que, por sua vez, estruturam e são reestruturadas por estas relações. Nesse sentido, Postone conclui que “a lógica do capital não é uma manifestação ilusória das relações de classe subjacentes, mas é uma forma social de dominação inseparável das formas/relações sociais características do capitalismo. Uma lógica da história e formas alienadas de relações sociais são intrinsecamente relacionadas” (2004, p. 60-61).

O valor como forma temporalmente determinada de riqueza possui em si uma orientação para o aumento da produtividade – marca da produção capitalista. Muito embora, como se sabe, o valor seja mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, os aumentos de produtividade da sociedade como um todo implicam um enorme crescimento da produção da riqueza na forma de mercadorias, mas não redundam em um aumento do valor. O efeito do aumento da produtividade sobre o valor consiste na redução da unidade de tempo que serve de referência, no caso a hora de trabalho social (tempo por unidade de mercadoria). Em consequência, com o aumento da produtividade e a redução do tempo gasto para a produção das mercadorias necessárias para a manutenção e reprodução da força de trabalho, o nível básico para a mensuração do valor se modifica continuamente, de modo que na mesma hora temporalmente tratada, obtém-se uma quantidade cada vez maior de mercadorias. Em

outras palavras, a medida continua sendo a hora, mas o aumento da produtividade, a elevação da força produtiva do trabalho permite que em meia hora, por exemplo, se produzam tantas ou mais mercadorias do que antes em uma hora. De tal maneira que a sociedade passa a ter a cada vez um novo nível básico de referência para a mensuração do valor. A essa dinâmica peculiar do capital (de transformação e reconstituição da determinação temporal abstrata do valor) que se impõe à totalidade da formação social capitalista Postone chama de *treadmill effect* (2014, p. 333s.).

Ao tratar da categoria de mais-valor relativo, a exposição de Marx no Livro 1 de *O Capital* assume uma lógica histórica caracterizada pela aceleração temporal. Com o mais-valor relativo, o aumento da produtividade social em geral deve gerar um aumento do próprio mais-valor. E isso sem que haja correspondência entre o aumento da riqueza material produzida e o aumento da riqueza social na forma de valor (POSTONE, 2014, p. 222s.). Nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista, argumenta Postone interpretando Marx, o aumento da força produtiva do trabalho não implica a redução da necessidade geral por gasto de tempo de trabalho. Tal redução seria possível, por exemplo, em uma formação social em que a riqueza material fosse a forma específica de riqueza. No capitalismo ocorre o oposto: a necessidade em questão é permanentemente reconstituída. O trabalho como meio necessário para a reprodução individual e o gasto de tempo de trabalho para a sociedade como um todo permanecem fundamentais para a sociedade como um todo independentemente do nível de produtividade. Efeito que se explica, como já se viu, pelo fato de que o trabalho sob a lógica do capital tem um duplo caráter: é ao mesmo tempo trabalho concreto e trabalho abstrato. Sendo o capital valor em expansão e o valor, trabalho abstrato, este último deve permanecer como o aspecto central e fundamental para a continuidade do processo de valorização do valor.

A dinâmica histórica do capital, engendrada pela mediação social do valor, se põe para além da necessidade do valor e do trabalho proletário e, ao mesmo tempo, reconstitui essas necessidades como condição de vida e de reprodução do capitalismo. Tal dinâmica gera continuamente o ‘novo’, enquanto regenera o ‘mesmo’. Não obstante dê origem à possibilidade de outra organização da vida social, essa dinâmica impede a efetivação de tal possibilidade (2014, p. 344s.).

Desse modo, o autor enfatiza que essa dinâmica produz uma forma de dominação exclusiva do capitalismo e que só pode ser compreendida levando-se em consideração que a “dualidade instável das formas mercadoria e capital acarreta uma interação dialética entre valor e valor-de-uso que subentende uma dinâmica histórica complexa que é o coração do

mundo moderno” (POSTONE, 2004, p. 63-64). Na prática, para Postone, isto significa que essa dialética não pode ser capturada nem em termos de Estado nem da sociedade civil (2004, p. 64).

A abordagem proposta por Postone (2004, p. 65-66), tomando por ponto de partida a análise de Marx dos processo e de produção e de valorização como momentos constitutivos do processo de produção capitalista, não o apreende como um processo meramente técnico que, ainda que faculte o aumento da sociabilidade, é ao mesmo tempo apropriado pelos capitalistas para o atendimento de seus objetivos particulares. Referindo-se à diferença que Marx estabelece entre a subsunção formal e real do trabalho ao capital, Postone assinala que na subsunção real o processo de valorização molda a própria natureza do processo de trabalho; com ela a produção torna-se intrinsecamente capitalista. Em consequência, afirma ele, a produção de uma sociedade pós-capitalista exige a transformação das estruturas de produção e da própria organização da produção herdadas do capitalismo. Por conseguinte, não é possível conceber a produção de uma sociedade pós-capitalista com o mesmo padrão da produção capitalista. O desafio seria modificar as formas da própria produção e não operar simples mudanças nas formas jurídicas de propriedade ou nas formas de distribuição da produção.

Para o autor, a teoria crítica de Marx põe no centro da dinâmica capitalista não a contradição entre produção e distribuição ou entre propriedade privada dos meios de produção e mercado, e tampouco a luta de classes. O cerne da dinâmica, na verdade, é o duplo caráter de formas sociais constitutivas dessa formação: valor, valor de uso e o tempo socialmente constituído. Tais formas sociais postas pelo trabalho no capitalismo é que estruturam a luta de classes que, logicamente, são uma parte integrante da dinâmica do capitalismo, mas não o seu fundamento. (2004, p. 66-67; 2014, p. 348-349). Em outras palavras, as relações sociais de dominação no capitalismo acontecem através do trabalho. Elas são portadoras de um aspecto formal e abstrato, sendo portanto duais, e se caracterizam pela oposição de uma dimensão abstrata geral e homogênea e outra concreta e particular.

Postone (2004, p. 67; 2014, p. 376ss) assinala que, com o advento da grande indústria, “as forças produtivas sociais do trabalho concreto apropriadas pelo capital não são mais as dos produtores imediatos”. As forças produtivas sociais do trabalho concreto não existem primeiro como “forças dos trabalhadores que são tomadas deles. Antes, elas são forças produtivas socialmente gerais. A condição para o seu vir a ser historicamente é precisamente que elas sejam constituídas numa forma alienada, separada e oposta aos produtores imediatos” (ibid.).

Portanto, a categoria marxiana de capital tem por objetivo capturar esta forma alienada acima assinalada. Logo capital, segundo Postone,

é a forma real da existência de capacidade da espécie [humana] [species capacity] que são historicamente constituídas numa forma alienada. Capital, então, é a forma alienada de ambas as dimensões do trabalho social no capitalismo. Por um lado, ele confronta os indivíduos como algo estranho, uma Outra totalidade. Por outro, as capacidades da espécie historicamente constituídas na forma de capital abrem a possibilidade histórica de uma forma de produção social que não se basearia na produção de excedente mediante o gasto de trabalho humano vivo na produção, ou seja, no trabalho de uma classe produtora de excedente. (2004, p. 67-68)¹⁰.

Sob essa ótica, Postone (2014, p. 214-215) afirma que o capital não existe como uma totalidade unitária, de tal forma que a conhecida contradição dialética entre forças produtivas e relações de produção não dizem respeito a uma contradição “entre ‘relações’ que são intrinsecamente capitalistas (tais como mercado e propriedade privada) e ‘forças’ que significativamente são extrínsecas ao capital. Ao contrário, tal contradição dialética se dá entre as duas dimensões do capital. Como uma totalidade contraditória, capital é o gerador do complexo dinâmico histórico [...], que põe a possibilidade de sua própria superação” (2004, p. 68 e 2014, p. 447s). Por isso, prossegue o autor, a contradição estrutural do capitalismo não é entre a esfera da distribuição (mercado e propriedade privada) e a esfera da produção, entre as relações de propriedade que existem no capitalismo e a produção industrial que é produto da lógica do capital. “Em lugar disso, ela emerge como uma contradição entre formas existentes de crescimento e produção e o que poderia ser se as relações sociais não fossem mediadas numa forma abstrata pelo trabalho” (2004, p. 68).

Em suma: ao invés de tentar entender o capitalismo partindo das relações entre as classes sociais, sendo estas, por sua vez, estruturadas pelo mercado e pelas relações de propriedade. Ao invés de tentar capturar as formas de dominação do capitalismo partindo das noções de dominação de classe e exploração, Postone propõe decifrar a sociabilidade do capital a partir da análise marxiana do trabalho no capitalismo. Desvendando assim a dominação abstrata que não só estrutura a produção como gera a dinâmica específica desta sociedade. Postone, movendo-se no interior do constructo marxiano, busca ultrapassar a crítica às formas burguesas de distribuição que focam no mercado e na propriedade privada. Visa tratar da indústria como indústria constituída pela lógica do capital. Por isso, toma a classe trabalhadora como o elemento básico do capitalismo e não como encarnação de sua negação. Logo o socialismo não envolve a realização do trabalho e da produção industrial tal

¹⁰ Tradução livre do autor.

como herdados do capitalismo, mas exige a “abolição do proletariado e da organização da produção baseada no trabalho proletário, tanto quanto do sistema dinâmico de compulsão abstrata constituído pelo trabalho enquanto atividade socialmente mediadora” (ibid.). O socialismo exige, então, uma transformação geral das estruturas de trabalho e do tempo.

3. Novas Determinações para as Categorias Estado e Política¹¹

Diante a prolixidade dos escritos de Marx, a escolha de um grupo de textos para serem analisados envolve uma decisão arbitrária do interessado. No nosso caso, e nesse ponto de nossa exposição, tomaremos três materiais como referencia para nosso estudo: “A Guerra Civil em França” de 1871, “Crítica do Programa de Gotha” de 1875 e as correspondências entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx de 1881.

Em “A Guerra Civil em França” (2011a), Marx relata a breve existência da Comuna de Paris que resistiu por 72 dias ao cerco do exército prussiano e das forças de Versalhes (dos industriais, dos capitalistas agrícolas, proprietários fundiário e dos bonapartistas em geral). Para nosso autor a Comuna foi a constituição de uma dualidade de poderes, foi a revolução contra o Estado moderno, foi a forma política encontrada pelos trabalhadores para o início da revolução política, o pré-requisito da revolução social ou radical. Contudo, adverte que a classe trabalhadora¹² “não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus fins” (2011a, p. 54). A tarefa da revolução política é a própria destruição de todo o aparato estatal moderno, posto que o “poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe” (2011a, p. 55). A Comuna era a antítese direta do Estado Moderno, entre suas primeiras medidas, Marx assinala a “supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado” (2011a, p. 56). A extinção ao mesmo tempo do Executivo e do Legislativo do Estado moderno e sua substituição pelos órgãos de trabalho da Comuna que unificavam ambas funções e eram compostos basicamente por trabalhadores eleitos por sufrágio universal e cujos mandatos poderiam ser revogáveis a qualquer momento. A polícia perdeu seus atributos de perseguição política e passou a ser agente da Comuna, com o mesmo princípio da substituição a qualquer momento dos que ocupam e exercem a função policial. O mesmo

¹¹ Esse item contém uma releitura de parte do meu artigo Araujo, P.H.F., 2014.

¹² Infelizmente o tradutor dessa edição da Boitempo toma *arbeiter* por operário, quando nos parece mais adequado traduzir por trabalhador.

ocorreu com todos os outros ramos da administração do abolido Estado, com destaque para as remunerações das funções administrativas que deveriam ser compatíveis com o salário pago ao trabalhador fabril especializado.

A Comuna deveria servir de modelo para todos os grandes centros industriais, para os centros secundários e para as províncias da França. Tratava-se da instauração do autogoverno dos produtores. Logicamente não houve tempo para se colocar em prática tais intenções. Contudo, Marx assinala que a Comuna deveria ser a “forma política” (2001a, p. 57) a ser adotada na revolução política e não a forma estatal. Nos parecendo claro que não se trata mais da constituição de um novo Estado, mas de um não Estado. Noutra trecho, mais adiante, ele arremata dizendo que o verdadeiro segredo da Comuna é que ela era em essência um governo da classe trabalhadora e produto de sua luta de classe, “a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (p. 59). Destacamos a ênfase na “emancipação econômica do trabalho”, ou seja, na superação do trabalho alienado, estranhado, reificado e explorado. Marx ainda acrescenta que o regime comunal seria uma impossibilidade e um logro se não observasse essa condição de emancipação. É uma impossibilidade lógica, para ele, que coexista dominação política dos produtores com manutenção de sua escravidão social. Daí que: “A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de classe” (p. 59). O fundamento do argumento radica no fundamento econômico e não na dominação de classe. E isso se complementa com a necessidade da emancipação do trabalho. Pensamos que isso patenteia a mudança na compreensão marxiana frente ao exposto, por exemplo, no “Manifesto Comunista”. Sob a compreensão das especificidades do capital e das formas de dominação por ele engendrada, Marx realinha seu constructo e impossibilita quaisquer interpretações que apontem para aperfeiçoamentos do Estado, da forma de distribuição da produção, ou mesmo, para a possibilidade da superação do capital pela simples eliminação formal das classes em luta.

No trabalho “Crítica ao Programa de Gotha” de 1875, Marx critica as teses lassallianas presentes no documento programático de unificação de dois partidos que defendiam o ponto de vista da classe trabalhadora alemã: a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, fundada por Ferdinand Lassalle e o Partido Social Democrata dos Trabalhadores, fundado por Liebknecht, Bracke e Bebel. Para nosso fins, interessa destacar que a crítica inicia-se pelas categorias econômicas (trabalho, trabalho útil, trabalho social, riqueza, etc.), chegando à

crítica às propostas de distribuição justa do fruto do trabalho. Nesse momento, Marx ressalta o equívoco de clara inspiração lassalliana, de tratar a distribuição de forma isolada e limitada, sem a correspondente alteração nas formas de produção. E assinala a necessária fase intermediária entre o modo de produção capitalista e a sociedade emancipada. Nessa fase, socialista, o direito burguês ainda opera, devido à base econômica estreita herdada e às marcas morais e espirituais herdadas. O produtor individual recebe de volta da sociedade a exatamente aquilo que deu à sociedade. E isso, possivelmente regulado pelas horas de trabalho de sua jornada de trabalho que é parte da jornada social de trabalho. Como contrapartida das horas de trabalho, ele recebe certificados com os quais ele tem acesso aos meios de consumo equivalentes ao seu trabalho. Ainda que o mesmo princípio da equivalência da troca de mercadorias opere aqui, há uma mudança de forma e conteúdo, pois ninguém pode dar nada além do seu trabalho e nada pode ser apropriado além dos bens de consumo. No entanto, essa igualdade se dá entre indivíduos que são desiguais em capacidade de trabalho, intelectual, em necessidades físicas, etc.

Apenas na fase superior, na sociedade emancipada, comunista, é que será possível o fim da divisão social do trabalho, da separação entre trabalho manual e intelectual, o fim do trabalho como meio de vida se tornando “a primeira necessidade vital” (2012, p. 31), propiciando o desenvolvimento da potencialidade humana inerente à cada indivíduo. Nesse momento as forças produtivas terão um tal grau de desenvolvimento e a riqueza coletiva existirá em abundância, o que tornará desnecessário o direito burguês da igualdade amesquinhada acima exposta, valendo então a máxima: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (2012, p. 32).

Na quarta parte do trabalho, dita parte democrática, Marx (2012, p. 43) argumenta que entre a sociedade capitalista e a comunista há um período de transformação revolucionária de uma na outra. E que “a ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*” (idem). Esse é um dos poucos momentos em que Marx usa a categoria Ditadura do Proletariado, e no trecho citado ele fala de Estado. Tal afirmação levou muitos comentaristas a aceitarem que Ditadura do Proletariado seria um tipo de Estado. No entanto, considerando os desenvolvimentos teóricos do autor, e o fato de ser a forma política do período de transformação revolucionária entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, nos parece mais adequado entendê-la como um Estado que não é mais Estado. Ainda apresenta algumas funções do Estado moderno, mas é em si o movimento de síntese dialética entre a sociedade civil e a sociedade política. O momento de superação dessa dupla antitética produzida pela sociedade do capital e que levará

à reabsorção pelos produtores livremente associados das funções que lhes foram usurpadas pelas personificações do capital e por seus prepostos.

Em 16 de fevereiro de 1881, Vera Ivanovna Zaslitch escreve uma carta para Marx perguntado sua opinião sobre o futuro da comuna rural russa (*obchtchina*). Se ela, uma vez liberta das amarras do capital, seria capaz de se desenvolver pela via socialista, com “produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas” (ZASULITCH, 2013, p. 79), ou se ela estava destinada a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Naturalmente, a resposta a essas questões condicionaria o tipo de estratégia a ser adotada pelos revolucionários russos frente a *obchtchina* e aos camponeses russos.

Marx escreve quatro esboços e por fim uma carta em resposta à Vera. Optando por remeter o escrito mais sucinto de todos. Tal escolha muito provavelmente deveu-se às difíceis condições de saúde que ele atravessava e que o impediam de se dedicar como gostaria ao estudo do assunto. O primeiro esboço é o mais longo de todos e os subsequentes parecem conter uma tentativa de síntese das idéias ali expostas. De todo modo a uma unidade de conteúdos entre os quatro.

Para Marx, o fato da comuna rural russa ser contemporânea da produção capitalista e estar estabelecida em escala nacional, apresenta a possibilidade de que se livre “gradualmente de suas características primitivas e se desenvolv[a] diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional” (MARX, 2013, p. 89). E como a superação do capitalismo envolve o retorno das sociedades modernas às formas arcaicas de propriedade comum numa forma superior, apropriando-se de todos os avanços das forças produtivas constituídos pela lógica do capital, a comuna rural russa teria um papel a cumprir nesse processo. A *obchtchina* é descendente da comuna germânica que por sua vez é oriunda do desenvolvimento espontâneo a partir de um tipo mais arcaico, a comuna asiática. Contudo, ela possuía um conjunto de características que a distinguiam da comuna agrícola arcaica: (1) enquanto as comunidades primitivas anteriores se estruturam a partir de laços familiares, de parentesco natural, a comuna rural russa rompe esse aspecto limitador, (2) no interior da comuna, a casa e o pátio já são de propriedade privada do agricultor e (3) na comuna arcaica toda a produção é feita em comum e se faz a repartição da produção quando da colheita, na *obchtchina* a terra arável é propriedade comunal, mas ela é periodicamente dividida entre os membros da comuna de modo que cada um explora individualmente as glebas que lhe foram designadas e se apropriam individualmente da colheita. É claro que nos defrontamos com um dualismo aqui que tanto poderia estimular um desenvolvimento das individualidades num grau superior ao permitido pelas comunidades primitivas, quanto poderia ocorrer uma acumulação paulatina

de patrimônio que ao longo do tempo poderia atuar como solvente da própria comuna, transformando, no limite as terras comunais cultiváveis em propriedade privada. Além de levar à transformação em propriedade privada das florestas e áreas de pasto. Nesse sentido é que Marx compreende o período da comuna agrícola na Europa ocidental como o de transição entre a propriedade coletiva e a privada. No entanto, diz ele, se haverá de predominar o elemento da propriedade privada sobre o elemento coletivo ou vice-versa, depende do ambiente histórico em que a comuna se encontra (2013, p. 93).

Na sequência, Marx (2013, p. 94) trata do ambiente histórico e das características assumidas nele pela comuna rural russa. Retoma que ela se apresenta em escala nacional, que a propriedade comum da terra permitiria a transformação gradual da agricultura parceleira e individualista em coletiva, tratando das características do solo que favoreciam a mecanização do processo, tratando dos contratos de *artel*¹³ que poderiam facilitar a passagem entre o trabalho parceleiro e o coletivo e apontando que ela é contemporânea da produção capitalista ocidental e de todos os avanços produtivos e tecnológicos obtidos pelo mundo do capital. De modo que ela poderia incorporar todas essas conquistas sem ter que experimentar todos os sofrimentos verificados na Europa ocidental para obtê-las.

Enquanto aspecto negativo para a sobrevivência da *obchtchina*, Marx (2013, p. 95) destaca que a vasta extensão territorial da Rússia impunha um isolamento, uma “falta de ligação entre a vida de uma comuna e a das demais”. Trazendo a possibilidade da produção de “um despotismo mais ou menos central”. Para Marx esse problema seria de fácil resolução, bastaria substituir a instância governamental (*volost*) “por uma assembleia de camponeses eleitos pelas próprias comunas e servindo de órgão econômico e administrativo dos seus interesses” (ibid.).

A conclusão preliminar de Marx é que a comuna rural russa pode vir a ser o ponto de partida direto do novo sistema econômico que supere o capitalismo, mas isso exigiria uma revolução russa. Assim:

Se a revolução acontecer em tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela logo se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista (2013, p. 102)

¹³ Associação de pequenos produtores agrícolas para a produção ou processamento agrícola em comum.

Aqui cabe assinalar que Marx valoriza a comuna como elemento portador de traços do futuro emancipado do homem. E o faz articulando os aspectos econômico-práticos necessários para a superação da produção de mercadorias na agricultura e possibilitando a produção de valores de uso, isso através do trabalho cooperado e da propriedade coletiva dos meios de produção, associados aos avanços tecnológicos propiciados pela lógica societária do capital. Ao lado disso, há a preocupação em defender a constituição de assembleias comunais constituídas pelos produtores em substituição às instituições do Estado russo. E o arremate é dado pela indicação segura da necessidade de uma revolução política que prepare as condições da revolução radical e que exija o fortalecimento da comuna rural russa.

Cabe destacar que Marx trata com desvelo a categoria Comunidade. Ela aparece, por exemplo, em *A Ideologia Alemã* no contexto de surgimento da propriedade privada, divisão do trabalho e formação do Estado, e reaparece em vários textos. Sendo que em *A Guerra Civil na França* volta a ocupar um lugar de destaque dado que o tema principal é a formação e o funcionamento da Comuna de Paris enquanto forma de organização desenvolvida pelo proletariado em sua experiência revolucionária que substitui o Estado moderno. E na carta e nos esboços de carta à Vera Zasulitch ela, mais uma vez, tem posição central. Como entender tal categoria levando em conta a constituição da teoria do valor trabalho por Marx? Uma possibilidade é compreender que a comunidade (*Gemeinwesen*) é a forma de organização social que a humanidade poderá assumir ao longo do seu processo de emancipação do poder do produto do seu trabalho sobre ela mesma. Ou ainda, a revolução política tem por tarefa a destruição do Estado moderno e de todo o seu aparato repressivo e de dominação. Esse é o primeiro passo para a liberdade humana, que só pode vir a ser através de uma revolução radical e que liberte os produtores do domínio abstrato do valor sobre eles. A forma de organizar a consecução dessas tarefas só pode ser a Comuna. Um espaço no qual todo produtor livremente associado possa reabsorver o poder que lhe fora alienado no Estado moderno (Estado esse que é a contraparte necessária da produção de capital) e assim possa decidir conscientemente as formas da produção da vida material e possa transformar seu trabalho em auto-atividade produtora de seres humanos.

5. Referências Bibliográficas

- ARAUJO, P.H.F. – Marx: Capital, Estado e Política-Notas. Anais do XIX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Florianópolis, 2014.
- _____ – “Superação do capitalismo a partir da lógica humano-societária do trabalho? Postone, Lukács e Chasin se encontram”. *Verinotio* – Revista on-line de filosofia e ciências humanas. n. 13, Ano VII, abr./2011, p. 26-42.
- DUAYER, Mário – Apresentação: Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 11-24.
- MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich – A Ideologia Alemã; São Paulo: Boitempo, 2007, 614p.
- MARX, Karl Heinrich. – O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital; São Paulo: Boitempo, 2013a, 894p.
- _____ – Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch, in.
- MARX, K. E ENGELS, F. Lutas de Classes na Rússia; São Paulo, 2013b: Boitempo, p. 80-116.
- _____ – Crítica ao Programa de Gotha; São Paulo, 2012a: Boitempo, 140p.
- _____ – A Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011a, 268p.
- _____ – Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política, São Paulo: Boitempo, 2011b, 788p.
- _____ – Glosas Críticas ao Artigo “‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De um Prussiano”. In. Lutas de Classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010a, p. 25-52.
- _____ – Sobre a Questão Judaica. São Paulo: Boitempo. 2010b, p. 33-60.
- _____ – Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005a. p. 7-141.
- _____ – Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. Apêndice a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005b, p. 145-165.
- _____ – Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo, Boitempo, 2004, 175p.
- POSTONE, M. – Tempo, trabalho e dominação social, São Paulo: Boitempo, 2014, 483p.
- _____ – “Critique and historical transformation”, Historical materialism, v. 12-3, 2004, p. 53-72.
- ZASULITCH, Vera Ivanovna –Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881, *Vera Ivanovna Zaslitch*, in. Marx, K. e Engels, F. Lutas de Classes na Rússia; São Paulo, 2013b: Boitempo, p 78-79.